

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Aroldo José de Lima
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcadh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA N° 1987/2018-PGJ, DE 12.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e ouvido o Egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Promover, por antiguidade, o Promotor de Justiça de Itaquiraí, Michel Maesano Mancuelho, Primeira Entrância, símbolo MP-22, para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai, Segunda Entrância, símbolo MP-23, do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (Processo PGJ/10/1776/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1988/2018-PGJ, DE 12.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e ouvido o Egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Remover, por antiguidade, o 3º Promotor de Justiça de Coxim, Rodrigo Cintra Franco, símbolo MP-23, para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul, de igual entrância (Processo PGJ/10/1777/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1989/2018-PGJ, DE 12.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Amambai, Michel Maesano Mancuelho, para, com prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã, a partir de 14.6.2018, até ulterior deliberação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1990/2018-PGJ, DE 12.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4340/2017-PGJ, de 14.12.2017, e suas modificações, publicada no DOMP nº 1646, de 18.12.2017, na parte que estabeleceu a Escala de Plantão dos Procuradores de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, referente ao 1º semestre de 2018:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORES DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS CEL.: 98478-2122
11 (18h01min) a 18.6.2018 (7h59min)	Edgar Roberto Lemos de Miranda
18 (18h01min) a 25.6.2018 (7h59min)	Edgar Roberto Lemos de Miranda
25.6 (18h01min) a 2.7.2018 (7h59min)	Sergio Luiz Morelli

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORES DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS CEL.: 98478-2122
11 (18h01min) e 12.6.2018 (7h59min)	Edgar Roberto Lemos de Miranda
12 (18h01min) a 25.6.2018 (7h59min)	Sergio Luiz Morelli
25.6 (18h01min) a 2.7.2018 (7h59min)	Edgar Roberto Lemos de Miranda

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1984/2018-PGJ, DE 12.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 65º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fernando Jorge Manvailer Esgaib, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências de custódia referentes à 72ª Promotoria de Justiça - Casa da Mulher Brasileira - da referida Comarca, no dia 15.6.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1985/2018-PGJ, DE 12.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Incluir na Portaria nº 1965/2018-PGJ, de 11.6.2018, que autorizou membros para participarem do “III Encontro Nacional de Prevenção e Combate à Tortura”, o Promotor de Justiça Gerson Eduardo de Araújo.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1986/2018-PGJ, DE 12.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar os membros com atuação na área ambiental e convocar os servidores abaixo relacionados para participarem da reunião para discussão do “Fluxograma de atuação dos procedimentos envolvendo o novo Código Florestal”, a realizar-se no dia 14.6.2018, às 13h30min, no auditório do prédio das Promotorias de Justiça da Rua da Paz, nº 134, Jardim dos Estados, em Campo Grande:

- SERVIDORES:

1. Alecy Dias da Silva;
2. Jeferson Willian Turchiello;
3. Juliane Giroux Alvarenga;
4. Maria Rosa Ferreira;
5. Priscilla Rodrigues de Paula Santos;
6. Raíssa Bernardino Campos;
7. Sandra Serliz da Silva;
8. Thiago Simioli Holsback;

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 1966/2018-PGJ, DE 11.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Francislene de Souza Guerreiro, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença por luto, em razão do falecimento de seu genitor, a partir de 31.5.2018, nos termos da alínea “b” do inciso III do artigo 171 e inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 022/2016-PGJ, de 12.9.2016.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1972/2018-PGJ, DE 11.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Carlos Augusto Bispo de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 23.5 a 21.6.2018, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1977/2018-PGJ, DE 12.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Renan da Silva Ovando, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença-paternidade, em razão do nascimento de seu filho, a partir de 1º.6.2018, nos termos dos artigos 130, inciso IV, e 148, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000; e 15 (quinze) dias, em prorrogação, nos termos da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1978/2018-PGJ, DE 12.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Jonathas Santos de Oliveira, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Apoio Logístico da Secretaria-Geral, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Transporte, nos dias 5 e 6.6.2018, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense do titular, Elias Vitorino Filho.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1979/2018-PGJ, DE 12.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Natascha Junko Sakamoto Costa, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Auditoria Interna, nos dias 7 e 8.6.2018, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense da titular, Rosimara Bandeira Vasques de Almeida.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1980/2018-PGJ, DE 12.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Liliane Rosa da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, lotada nas Promotorias de Justiça de Maracaju e designada para prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 21 a 30.5.2018, em razão de férias do servidor Luciano Paulo Portella.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1981/2018-PGJ, DE 12.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Jaqueline Berceli Barca Cursino, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Três Lagoas e designada para prestar serviços na 5ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC5, símbolo MPFC-305, no período de 4 a 14.6.2018, em razão de férias e licença compensatória referente ao feriado forense do servidor Fábio Maick da Silva.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1982/2018-PGJ, DE 12.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Sirlene Gomes Romeiro Vieira, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 11ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 19ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1983/2018-PGJ, DE 12.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Istanisley Camilo Camargo Fontebassi, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 24 a 28.5.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 19 DE JUNHO DE 2018, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.

6. Expedientes:**6.1. Expediente encaminhado para apreciação:****1. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Ofício nº 0052/2018/05PJ/DOS, de 28.5.2018.

6.2. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:**1. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001433-8.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Procedimento Administrativo nº 15/2016.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000194-7.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 2/2016.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003598-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001080-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001487-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001396-5.

6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003845-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003906-2.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003324-6.
- Procedimento Administrativo nº 4/2015.

8. 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 83/2016.

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002110-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001354-0.

9. 27ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001528-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001298-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001295-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000765-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000763-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000762-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001530-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001300-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001299-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001330-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000761-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000760-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001533-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000759-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001534-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000758-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000756-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000757-4.

10. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001593-7.

11. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000237-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002594-6.

12. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001452-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000764-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001546-3.

6.3. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios:

6.3.1. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 14/2014.
- Inquérito Civil nº 17/2011.

6.3.2. CONSELHEIRO BELMIRE SOLES RIBEIRO:

1. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 13/2015.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

- Inquérito Civil nº 6/2013.

6.3.3. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 2/2013.

2. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 21/2015.

6.3.4. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Itaquiraí:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001680-3.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000399-2.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000079-2.

4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Inquérito Civil nº 28/2016.

5. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000698-2.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001710-2.

7. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002087-3.

8. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000664-9.

9. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001310-2.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001729-0.

10. 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000843-6.

11. 43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002223-8.

12. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000529-4.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000573-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000575-0.

13. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000612-0.

14. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000530-2.

15. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000974-2.

16. Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002272-7.

17. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:

- Inquérito Civil nº 70/2012.

18. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Inquérito Civil nº 20/2016.

6.3.5. CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:**

- Inquérito Civil nº 11/2014.

2. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 18/2013.

6.3.6. CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000669-3.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001865-6.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000158-3.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001369-0.

4. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001023-1.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000176-9.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000495-8.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante:

- Inquérito Civil nº 7/2016.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000161-4.

7. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 24/2011.

8. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Inquérito Civil nº 37/2016.

6.3.7. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000583-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000630-5.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000654-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000818-0.

2. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001685-8.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000732-6.

4. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000205-6.

5. Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000789-2.

6. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002241-6.

7. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001310-2.
- Inquérito Civil nº 65/2015.
- Inquérito Civil nº 66/2015.
- Inquérito Civil nº 67/2015.

6.3.8. CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001951-1.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001998-8.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001999-9.

2. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000793-7.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000631-0.

3. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000131-3.

4. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000379-2.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001440-1.

5. 46ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000932-4.

6. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002147-2.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001745-7.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000778-1.

8. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000606-7.

9. Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000854-7.

10. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 61/2015.
- Inquérito Civil nº 62/2015.

6.3.9. CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000819-1.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002138-3.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002139-4.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002143-9.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillhante:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002209-3.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000866-9.

4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Inquérito Civil nº 4/2016.

5. Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002212-7.

6. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000326-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001100-4.

7. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 4/2015.

8. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

- Inquérito Civil nº 5/2015.

7. Ordem do dia:**7.1. Matéria Administrativa:****7.1.1. Expediente:****1. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Requerimento subscrito pelo Promotor de Justiça da comarca de Dourados, Amilcar Araújo Carneiro Júnior, prestando informações acerca do desenvolvimento do Curso de Doutorado em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI, da Universidade de Coimbra. (Processo PGJ/10/1865/2014).

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Inquérito Civil nº 06.2015.00000281-2**

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar infringências às normas de postura municipal, em razão das más condições sanitárias de dois terrenos urbanos localizados no Bairro Jardim América em Ponta Porã/MS, bem como acompanhar a ação fiscalizatória do Poder Público para resolução do referido problema.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000396-3

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Neila Alves da Silva Gomes

Assunto: Apurar a existência de irregularidades jurídico-ambientais na propriedade rural denominada “Estância Flor de Maio”, localizada no município de Ponta Porã-MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00001473-4 - SIGILOS

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000559-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bandeirantes

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de irregularidade na aquisição e fornecimento de medicamentos pela Secretaria Municipal de Saúde, no município de Bandeirantes.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00000825-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades existentes nas contratações temporária de psicólogos pelo Município de Batayporã em detrimento dos candidatos aprovados no concurso público realizado no ano de 2014.

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00002246-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: MPL (Movimento Popular de Luta), FNL (Frente Nacional de Luta)

Assunto: Apurar notícia de invasão de propriedade rural por integrantes do Movimento Popular de Luta MPL- e da Frente Nacional de Luta FNL, com suposto risco de dano ambiental.

7. Inquérito Civil nº 06.2017.00000962-4

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no transporte público de Campo Grande, especificamente quanto à mudança de linhas dos ônibus coletivos, prejudicando a população de modo geral, especialmente pessoas idosas e com deficiência física.

7.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:**1. Inquérito Civil nº 15/2014**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Laguna Carapã/MS

Assunto: Fiscalizar a criação e implementação do Portal da Transparência, bem como o cumprimento da Lei de Acesso à Informação e de outras leis correlatas, pelo município de Laguna Carapã/MS.

2. Inquérito Civil nº 7/2015

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerentes: Ministério Público Estadual e Leandro Pádua Mathias

Requerida: Smartcom Comunicação Visual Ltda. - ME

Assunto: Apurar notícia indicativa de ilícito ambiental, consistente na realização de pintura, em espaço inapropriado, sem o licenciamento ambiental, praticado pela empresa Smartcom, localizada em Dourados/MS.

3. Inquérito Civil nº 42/2014

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Osinaldo Pereira Soares Junior

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Chácara Paraíso, localizado no município de Antônio João/MS.

4. Inquérito Civil nº 42/2013

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades na comercialização de leite '*in natura*' no município de Coxim.

5. Inquérito Civil nº 21/2009

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Carlos de Souza

Assunto: Apurar as irregularidades ambientais no Rancho Xurupita, localizado no município de Anastácio/MS.

6. Procedimento Preparatório nº 16/2012

10ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Dourados e os estabelecimentos que comercializam pescado

Assunto: Apurar a regularidade do abate e comercialização de pescado no município de Dourados, especialmente no período da Semana Santa, bem como apurar as medidas que serão adotadas pela Municipalidade com vistas a assegurar a comercialização de pescado na semana santa, o cumprimento da Lei Municipal nº 2.092/96 e o RIISPOA - Regulamento

da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, bem como possibilitar a compatibilização dessas normas com o desenvolvimento a região e seus aspectos culturais.

7. Inquérito Civil nº 87/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rancho Salobra, cujo possuidor é Joel Duarte de Arruda

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do Rancho Salobra, cujo possuidor é José Duarte de Arruda, localizado no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

8. Inquérito Civil nº 6/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rochedo/MS

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa pelo Prefeito Municipal de Rochedo/MS, em relação ao Concurso Público para Provedores de Cargos do Quadro Permanente e do Quadro Especial da Prefeitura Municipal de Rochedo/MS.

9. Inquérito Civil nº 20/2013

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Dinalva Mourão

Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa consistente no repasse a maior de duodécimo à Câmara Municipal de Coxim, em desconformidade com o art. 29-A da Constituição Federal, no exercício de 2009.

10. Inquérito Civil nº 8/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Elva Valentina Aguirre

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades/deficiências no fornecimento de alimentação aos detentos da Cadeia Pública de Porto Murtinho.

7.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000335-9 - SIGILOSO

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000502-8 - SIGILOSO

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000838-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Naviraí

Assunto: Apurar omissão do Poder Público na reconstrução de imóveis afetados em função de obras públicas.

4. Inquérito Civil nº 23/2009

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Imóvel sem denominação, de propriedade de Aroldo Ferreira Corrêa

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel sem denominação, de propriedade de Aroldo Ferreira Corrêa, localizado no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

5. Inquérito Civil nº 10/2015

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Caixa Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul - CASSEMS

Assunto: Apurar a não disponibilização, na área geográfica de abrangência e na área de atuação do produto, de vagas em unidade de terapia intensiva - UTI para consumidores do plano de saúde CASSEMS.

6. Inquérito Civil nº 15/2015

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Amambai Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar declarações que aduzem eventual notícia de violação do Direito da criança.

7. Inquérito Civil nº 23/REM/2011

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Naviraí

Assunto: Fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes no Termo de Ajustamento de Conduta firmado no Procedimento de Investigação Preliminar nº 003/2004, a fim de verificar o depósito irregular de entulhos e outros resíduos sólidos em área pública.

8. Inquérito Civil nº 19/REM/2007

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Bertin Ltda., e Comapi Agropecuária

Assunto: Colher a adesão do proprietário ao “Projeto Touro-Tarumã: Avaliação e Recuperação”, de autoria do Grupo de Estudos em Proteção à Biodiversidade - GEBIO, supervisionado pelo Ministério Público Estadual, estipulando-se as obrigações do mesmo, bem como para verificar a existência de reserva legal no imóvel de sua propriedade.

7.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1. Inquérito Civil nº 4/2015

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Acompanhar a implantação dos Serviços Especializados de Abordagem Social - SEAS, Unidades - Equipes I, II e III em Campo Grande/MS.

2. Inquérito Civil nº 11/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Guaicurus

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da fazenda Guaicurus Ltda., localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização de referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000263-8

11ª Promotoria de Justiça de do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Full House Bar Ltda. ME

Assunto: Apurar eventual poluição sonora pelo empreendimento denominado Full House Pub, contrariando as normas legais vigentes

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000242-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Antônio Nardão

Assunto: Apurar eventual existência de madeira sem licença válida para armazenamento na Chácara Bom Jesus

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00000622-7

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da retirada de árvores da espécie *Leucena* pertencentes à Área de Preservação Permanente localizada às margens do Rio Anhanduí, na Avenida Vereador Thyron de Almeida, entre a Rua Ezequiel Ferreira Lima e Avenida Campestre, em Campo Grande

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00001506-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Moradores do Assentamento PA JR

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta malversação de recursos públicos e ausência de prestação de contas pela gestão da Associação Rio Verdinho.

7. Inquérito Civil nº 06.2017.00001964-4 - SIGILOS

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

7.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000579-0 - SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00001337-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Taquarussu

Assunto: Apurar eventual injuridicidade na contratação de serviços advocatícios de profissional que já possuía vínculo com a Municipalidade de Taquarussu-MS, com a finalidade de “atualizar o Código Tributário Municipal”, por meio de carta-convite.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001777-9 - SIGILOS

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

4. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000191-4

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Acompanhar e fiscalizar a execução das obras de readequação do prédio onde é mantida a extensão da Escola Municipal Sidiney Carlos Costa.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000684-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bodoquena

Assunto: Apurar a suposta ocorrência de danos ao Meio Ambiente consistente no despejo de todo tipo de lixo urbano, em área de preservação permanente, em total desrespeito às normas operacionais específicas.

6. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000629-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fibria Celulose Sul-Matogrossense LTDA.

Assunto: Apurar possível dano em área de preservação permanente localizada na Fazenda Santa Lúcia, nesta urbe.

7. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000088-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Anderson dos Santos Cout.

Assunto: Apurar possível dano ambiental em área de preservação permanente, supostamente praticado por Anderson dos Santos Cout.

8. Procedimento Preparatório nº 06.2016.00001398-0 - SIGILOSO

Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul

9. Inquérito Civil nº 06.2017.00001799-0 - SIGILOSO

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

10. Inquérito Civil nº 2/2013

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Michela Firmina da Fonseca

Requerida: Prefeitura Municipal de Aquidauana

Assunto: Apurar denúncia de que a Prefeitura Municipal de Aquidauana promovia o desconto de parte de vencimentos dos servidores e não fazia o repasse para as empresas credoras.

11. Inquérito Civil nº 27/2016

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposto dano ambiental causado por uma pedreira, localizada na Estrada do Pantanal.

12. Inquérito Civil nº 4/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerentes: Ministério Público Estadual e Waldemar Canhete Falleiros

Requerido: Município de Rio Verde de Mato Grosso

Assunto: Apurar a suposta inadequação e má qualidade dos materiais utilizados na operação “tapa buracos” em andamento, os quais estariam sendo carregados pelas chuvas para o córrego “Do Cato” e para o rio “Verde” e entupindo bocas de lobo.

7.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000226-4**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na manutenção de funcionários públicos aposentados no quadro de servidores efetivos da Prefeitura Municipal de Bandeirantes/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000537-2 - SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000833-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Sete (Agropecuária Glimdas)

Assunto: Apurar a situação jurídico ambiental da Fazenda Sete, de propriedade de Agropecuária Glimdas Ltda, localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas necessárias medidas à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000986-8

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Glória de Dourados

Assunto: Apurar a falta de vagas na educação infantil no município de Glória de Dourados.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000168-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Odielson de Castro Viana

Assunto: Averiguar eventual irregularidade no descarte de efluentes da atividade comercial exercida na “Oficina do Dielson”, sem observância das normas vigentes, conforme elementos sobrevividos no Inquérito Civil n. 24/2015.

6. Inquérito Civil nº 14/2012

Promotoria de Justiça do Patrimônio Histórico e Cultural da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Acompanhar o Projeto Técnico de Diagnóstico Arquitetônico dos Imóveis de Significância Histórico-Cultural da Antiga Ferroviária Noroeste do Brasil (NOB) situados no município de Terenos.

7. Inquérito Civil nº 8/2013

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Federação de Futebol de Salão de Mato Grosso do Sul e Fundação do Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul - FUNDESPORTE

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa no repasse de verbas do Governo do Estado à Federação de Futebol de Salão de Mato Grosso do Sul.

7.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000346-0 - SIGILOSO

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000119-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Camapuã

Assunto: Apurar eventual descumprimento por parte do Município de Camapuã de decisão proferida nos autos do processo nº 09000020-16.2015.8.12.0006.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000096-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Vilson Roberto Berticelli

Assunto: Apurar dano ambiental na Fazenda Figueira, em Tacuru, e viabilizar sua integral reparação.

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00000998-6

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Jose Manoel Galan

Requerido: Brasilino Ferreira

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental e urbanística, consistente no funcionamento de um bar, localizado na Rua Filomeno João Pires, Parque das Nações I, em Dourados -MS, sem as devidas licenças para o exercício da atividade.

5. Inquérito Civil nº 06.2016.00001224-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: João Luiz Soto Claro

Assunto: Apurar possível dano ambiental ocorrido em decorrência da extração de arenito em área urbana do Município de Ponta Porã sem o devido licenciamento ou autorização.

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00001089-3

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Investigado: Município de Dourados

Assunto: Averiguar a regularidade ambiental da construção de pontes sobre os córregos Rego D'Água e Laranja Doce, em Dourados/MS.

7. Inquérito Civil nº 4/2002

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeito Municipal de Brasilândia

Assunto: Apurar veracidade de denúncia anônima de superfaturamento, pelo Município, na compra da vasta área às margens da Rodovia MS-395, neste Município e a construção parcial de um frigorífico.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**AVISO N. 10/CGMP/2018**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A:

Serão objeto de Correição Ordinária as Promotorias de Justiça abaixo elencadas, nos meses de julho e agosto de 2018, cujos procedimentos correccionais iniciar-se-ão a partir do 15º dia da publicação deste aviso:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA
1ªPJ Maracaju
2ªPJ Maracaju
1ªPJ Sidrolândia
2ªPJ Sidrolândia
22ªPJ Campo Grande
23ªPJ Campo Grande
24ªPJ Campo Grande
47ªPJ Campo Grande
48ªPJ Campo Grande
65ªPJ Campo Grande
66ªPJ Campo Grande
72ªPJ Campo Grande
50ªPJ Campo Grande
61ªPJ Campo Grande
62ªPJ Campo Grande
63ªPJ Campo Grande
64ªPJ Campo Grande
68ªPJ Campo Grande
69ªPJ Campo Grande
73ªPJ Campo Grande

O procedimento correccional terá início após o transcurso do prazo legal, observada a possibilidade da realização de diligências, que poderão ser determinadas à Assessoria Especial no bojo do procedimento digital, por via remota (SAJ-MP ou SAJ-TJ) ou in loco.

A data da visita pessoal do Corregedor-Geral na Promotoria de Justiça correccionada, para conclusão dos trabalhos, será informada em aviso próprio a ser publicado no DOMP.

Campo Grande, 11 de junho de 2018.

MARCOS ANTONIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

AVISO N. 11/CGMP/2018

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A:

Às autoridades judiciárias e policiais, bem como aos senhores Advogados, Defensores Públicos, Promotores de Justiça e público em geral, que o Corregedor-Geral do Ministério Público realizará visita correcional nas Promotorias de Justiça conforme quadro abaixo:

DATA	PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
28.6.2018	1ª PJ Jardim
28.6.2018	2ª PJ Jardim
6.7.2018	PJ Inocência

Campo Grande, 12 de junho de 2018.

MARCOS ANTÔNIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

ESCOLA SUPERIOR

AVISO Nº 099/2018 - XX PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

O Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/CEAF-2017, de 03 de agosto de 2017, publicado no DOMP nº 1560, de 4 de agosto de 2017, CONVOCA o candidato aprovado, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

O candidato convocado deverá comparecer, no local, dia e horário mencionado no quadro abaixo, munido dos documentos abaixo relacionados no item 2.

1. CANDIDATO CONVOCADO - REGIÃO DE CAMPO GRANDE

LOCAL: Gestão de Estagiários de Direito - GED, situado na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada à Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio, Campo Grande – MS.

1.1 BACHARÉIS EM DIREITO NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
20.06.2018	9h30min	JOSIANE FERREIRA ANTUNES ALVES	126

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino em Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização, Mestrado ou Doutorado, desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas no Anexo VIII <u>(não será aceito documento que não contenha todas essas informações)</u> ;
3.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4.	Certidões de inexistência de antecedentes criminais (Que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos, conforme Capítulo IX, item 15 do Edital) emitidas pela: - Justiça Federal - Justiça Estadual - Polícia Federal - Polícia Estadual
5.	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 50 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
6.	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários);
7.	Declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
8.	Atestado de exame ABO-RH;
9.	Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários);
10.	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;
11.	Ficha de Cadastro – Estágio não obrigatório (disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada;
12.	Declaração de não participação em diretoria de Partido Político (modelo disponível no Anexo VII do Edital de Abertura do Processo Seletivo).
13.	Diploma de Bacharel em Direito.

Campo Grande, 12 de junho de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA

Procurador de Justiça

Presidente da Comissão

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº11/PGJ/2018.**

Processo PGJ/10/4297/2017.

Partes:

1 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, Humberto de Matos Brittes.

2 – R FIGUEIRO PEREIRA & CIA LTDA – EPP, representada por Rosival Figueiro Pereira;

Objeto: Retificação do Prêambulo do Contrato nº 11/PGJ/2018 para suprimir a expressão “por intermédio do FUNDO ESPECIAL DE APOIO DE DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, com CNPJ nº 03.464.870/0001-00”, de modo que, onde constou: “O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com endereço na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande, por intermédio do FUNDO ESPECIAL DE APOIO DE DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, com CNPJ nº 03.464.870/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado, por sua Procuradora-Geral de Adjunta Justiça Administrativa Nilza Gomes da Silva, brasileira, portadora da cédula de identidade RG nº 001.586.462, expedida pela SEJUSP/MS, inscrita no CPF sob o nº 322.458.581-15, residente e domiciliada em Campo Grande/MS, doravante denominado CONTRATANTE”; passe a vigorar com a seguinte redação: “O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Capital, na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande, com CNPJ nº 03.983.541/0001-75, neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, Humberto de Matos Brittes, portador do RG nº 87350 SSP/MT e do CPF nº 202.994.511-00, residente e domiciliado em Campo Grande/MS, doravante denominado(a) CONTRATANTE”.

Amparo Legal: Art. 60, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Vigência: 05.04.2018 a 23.05.2018.

Data assinatura: 05 de abril de 2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 120/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0446/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, Helton Fonseca Bernardes.

2- ADEMIR REIS 40551199172, representada por Ademir Reis.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã – MS, a ser executada quinzenalmente.

Valor estimado mensal: R\$400,00 nos termos da Nota de Empenho 2018NE002233 de 14.05.2018.

Vigência: 24.05.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 24 de maio de 2018.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DA CARTA-CONTRATO Nº 11/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0075/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, Helton Fonseca Bernardes.

2- LINO LOURENCO DA SILVA REINOSO, representada por Lino Lourenço da Silva Reinoso.

Objeto: Rescisão unilateral da Carta-Contrato de prestação de serviços de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema – MS.

Amparo legal: Artigo 78, incisos II e V c/c artigo 79, inciso I, ambos da Lei nº 8.666/93.

Data de assinatura: 12 de junho de 2018.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DA CARTA-CONTRATO Nº 21/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0068/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, Helton Fonseca Bernardes.

2- LINO LOURENCO DA SILVA REINOSO, representada por Lino Lourenço da Silva Reinoso.

Objeto: Rescisão unilateral da Carta-Contrato de prestação de serviços de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema – MS.

Amparo legal: Artigo 78, incisos II e V c/c artigo 79, inciso I, ambos da Lei nº 8.666/93.

Data de assinatura: 12 de junho de 2018.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Extrato do Convênio celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos, e FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, representada por seu Reitor, Marcelo Augusto Santos Turine.

Processo: PGJ/10/1478/2018.

Objeto: Cooperação mútua entre UFMS e o MPMS para divulgação dos programas MP Notícias, Direito Fácil e spots institucionais, entre outros materiais para esclarecimentos e informações do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul em benefício da sociedade, a serem veiculados na emissora de Rádio da UFMS, FM 99.9, sem ônus para o erário público.

Vigência: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com a vontade das partes.

Data da assinatura: 24.05.2017.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/PGJ/2017 – PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 1644 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017 (PÁGINAS 10 E 11) – REPUBLICADO NO DOMP-MS 1.692 DE 14 DE MARÇO DE 2018 (PÁGINA 23) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI N.º 8.666/1993.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/PGJ/2017

DO OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de água mineral e gás liquefeito de petróleo, conforme especificações constantes a seguir:

LOTE I - FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL PARA AS SEDES DO MINISTÉRIO PÚBLICO INSTALADAS EM CAMPO GRANDE/MS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Água Mineral, não gasosa, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em garrafa plástico transparente (reposição) com 20 (vinte) litros. Marca: POR DO SOL Empresa vencedora: COMERCIAL MISSOES LTDA - ME	un.	10800	R\$ 5,73
2	Água Mineral, não gasosa, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em embalagem transparente (garrafa descartável) com no mínimo 500 ml. Pacote com 12 unidades. Marca: POR DO SOL Empresa vencedora: COMERCIAL MISSOES LTDA - ME	pct.	1200	R\$ 7,92
3	Água Mineral, não gasosa, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em embalagem transparente (copo descartável) com no mínimo 180 ml. Marca: POR DO SOL Empresa vencedora: COMERCIAL MISSOES LTDA - ME	un.	2400	R\$ 0,33
4	Água Mineral, não gasosa, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em garrafa plástico transparente (descartável) de 5 litros. Marca: POR DO SOL Empresa vencedora: COMERCIAL MISSOES LTDA - ME	un.	600	R\$ 3,86

LOTE II - FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL PARA A SEDE DO MINISTÉRIO PÚBLICO INSTALADA EM DOURADOS/MS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Água Mineral, não gasosa, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em garrafa plástico transparente (reposição) com 20 (vinte) litros. Marca: _____	un.	1500	Não registrado

LOTE III - FORNECIMENTO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, BOTIJÃO 13 KG (RECARGA) PARA AS SEDES DO MINISTÉRIO PÚBLICO INSTALADAS EM CAMPO GRANDE/MS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Gás liquefeito de petróleo, acondicionado em botijão de 13 kg (recarga). Marca: ULTRAGAZ Empresa vencedora: COMERCIAL MISSOES LTDA - ME	un.	260	R\$ 61,10

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS)

DATA DE ASSINATURA: 13 de dezembro de 2017.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/PGJ/2017 – PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 1644 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017 (PÁGINA 11) E REPUBLICADO NO DOMP-MS Nº 1.692 DE 14 DE MARÇO DE 2018 (PÁGINA 22) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI N.º 8.666/1993.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/PGJ/2017

DO OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de expediente (envelopes) e de acondicionamento e embalagem (caixas de papelão), conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Envelope timbrado, confeccionado em papel branco, alta alvura, gramatura de no mínimo 75 g/m², formato ofício, medindo 11,5 cm X 23,2 cm. Impressão na frente do envelope: Brasão do Estado de Mato Grosso do Sul e os dizeres “Ministério Público Estadual - Procuradoria Geral de Justiça” na cor preta, conforme modelo (Anexo I). Marca: Gráfica Espaço Empresa vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA – ME	un.	3.000	0,12
2	Envelope timbrado, confeccionado em papel branco, alta alvura, gramatura de no mínimo 75 g/m², formato ofício, medindo 11,5 cm X 23,2 cm. Impressão na frente do envelope: Brasão do Estado de Mato Grosso do Sul e os dizeres “Ministério Público Estadual - Promotoria de Justiça” na cor preta, conforme modelo (Anexo II). Marca: Gráfica Espaço Empresa vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA – ME	un.	7.000	0,09
3	Caixa de papelão onda simples (tipo maleta), medindo 35 cm de altura x 36 cm de largura x 46 cm de comprimento, gramatura mínima do papelão: 400 g/m² (espessura mínima de 3mm), tipo de onda: B, coluna: 4,5 Kgf/cm ou superior, com impressão lateral contendo os seguintes símbolos: indicativo direcional (seta), frágil, não molhe e empilhamento máximo de 4 caixas. Marca: São José Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.-EPP	un.	4.000	2,97
4	Caixa de papelão onda simples (tipo maleta), medindo 18 cm de altura x 28 cm de largura x 35 cm de comprimento, gramatura mínima do papelão: 400 g/m² (espessura mínima de 3mm), tipo de onda: B, coluna: 4,5 Kgf/cm ou superior, com impressão lateral contendo os seguintes símbolos: indicativo direcional (seta), frágil, não molhe e empilhamento máximo de 4 caixas. Marca: São José Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.-EPP	un.	1.000	1,80

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS)

DATA DE ASSINATURA: 13 de dezembro de 2017.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 12/2018.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2018.00002049-9.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Diomário Alves.

Objeto: Fiscalizar o devido cumprimento da sentença proferida no bojo da Ação Civil Pública n. 0838194-38.2014.8.12.0001, consistente na obrigação de não fazer imposta a Diomário Alves, no que se concerne a realização de atividades de execução de música ao vivo ou som mecânico no imóvel localizado na Rua Jerônimo de Albuquerque, n. 1.283, Nova Bahia, até pertinente comprovação de obtenção de licenciamento ambiental de operação expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana – SEMADUR, e alvarás de localização e funcionamento, sanitário e certificado do Corpo de Bombeiros.

Campo Grande, 11 de junho de 2.018.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO

Promotora de Justiça

RECOMENDAÇÃO Nº 0009/2018/31PJ/CGR2017/31PJ/CGR

(Prefeitura Municipal de Campo Grande e Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos – SISEP)

Inquérito Civil nº 06.2016.00000770-0

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por intermédio do Promotor de Justiça titular da 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Campo Grande/MS, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fundamento no artigo 129 da Constituição Federal, artigo 132 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, artigo 26, inciso IV, alínea “b” e artigo 28, ambos da Lei Complementar n. 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul), e,

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social”¹;

CONSIDERANDO que o artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n. 8.625/93 assegura ao Ministério Público expedir Recomendação Administrativa aos órgãos da administração pública federal, estadual, e

¹ MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

municipal, requisitando aos destinatários a adequada e imediata divulgação, assim como resposta por escrito, bem como que o artigo 9º, alíneas e incisos, da Resolução n. 018/2010-PGJ assegura competência às Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, das Fundações e das Entidades de Interesse Social para “*expedir recomendação dirigida a órgãos públicos e a entidades privadas, com vista à prevenção de condutas lesivas ao patrimônio público e à melhoria das atividades ligadas a sua área de atuação*”;

CONSIDERANDO que a recomendação “constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público”², viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverá obedecer, dentre outros, aos Princípios da Legalidade, Moralidade, Impessoalidade, Publicidade e Eficiência;

CONSIDERANDO que a Lei Federal n. 8.429/92 (Lei da Improbidade Administrativa), no artigo 4º, dispõe que os “agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência no trato dos assuntos que lhe são afetos”;

CONSIDERANDO que o presente procedimento se iniciou com a representação do requerente Rubens Batista Vilalba, à época procurador-geral do município de Terenos/MS, que notificou suposta ocorrência de fraude na reforma de ponte que liga os municípios de Campo Grande/MS e Terenos/MS, com extensão de 33 metros, sobre o Córrego Ceroula, trecho Senhor Gerulino – MS 080, saída para Rochedo/MS, pois esta estava em péssimas condições, com grave risco de desabamento, com potencialidade de gerar diversas mortes;

CONSIDERANDO que foi instaurado o Inquérito Civil de nº 06.2016.00000770-0, no âmbito da 31ª Promotoria de Justiça para “apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente da reforma de uma ponte de madeira, sobre o Córrego Ceroula, com 33,00 metros de extensão, em rodovia localizada na zona rural de Terenos, saída para Rochedo que, em tese, ficou sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Grande.”

CONSIDERANDO que em novembro de 2013 foi realizada vistoria na ponte de madeira sobre o córrego Ceroula (trecho do Gerulino), gerando o Relatório de Vistoria nº 110 – DAEX/CORTEC – PGJ/2013 que constatou que:

- A parte superior da ponte se encontra muito deformada e empenada, tendo ocorrido o rebaixamento da sua extremidade na margem esquerda do Córrego Ceroula e a consequente elevação de um trecho mais próximo ao vão central, danificando várias peças de madeira da parte superior da ponte (guia de rodas, rodeiro e assoelho);
- Na parte superior da ponte, existem muitas peças de madeira do rodeiro, guias de rodas e assoalho muito desgastados e com estado de conservação ruim, havendo peças soltas, desalinhadas, trincadas, quebradas, faltando trechos, rachadas, lascadas e em estágio avançado de apodrecimento. O assoalho possui peças quebras formando buracos, onde existem remendos precários com tábuas e pedaço de madeira. A estrutura do vigamento armado apresenta peças rachadas e com pontos de apodrecimento;
- Na parte inferior da ponte, as longarinas e sub-vigas apresentam estado de conservação regular, existindo peças rachadas e com pontos apodrecidos. Parte de uma longarina se encontra em processo avançado de apodrecimento (lateral da direita da ponte), considerando o sentido de tráfego do município de Terenos para Campo Grande. Existem muitos parafusos frouxos e soltos na parte inferior da ponte, sendo que alguns se soltaram em função do apodrecimento da madeira. Encontramos peças de travamento dos esteios quebradas e/ou apodrecidas;
- A estrutura da ponte esta bastante comprometida e apresenta riscos de desabamento, na extremidade junto à margem esquerda do Córrego Ceroula (primeiro vão). Nesse ponto, ocorreu a inclinação dos esteios em direção ao córrego. Um traveseiro se encontra quebrado e em estágio muito avançado de apodrecimento, ocasionando o afundamento da sub-viga com consequente rebaixamento da longarina. Tudo isso criou as deformações observadas na parte superior da ponte. Durante a passagem de um caminhão sobre a ponte, observamos que a estrutura se movimentava de forma inapropriada e perigosa. O trecho do primeiro vão se desloca excessivamente como uma “gangorra”;
- Na parte central do caixão de aterro (margem esquerda do Córrego Ceroula), os esteios que apoiam as tábuas de

² ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49

fechamento cederam. Muitas tábuas se encontram bastante apodrecidas e existe um trecho onde a madeira já foi completamente decomposta. Nas suas abas laterais, as colunas e tábuas apresentam péssimas condições de conservação, existindo peças muito apodrecidas, cedidas, empenadas e rachadas. O aterro junto às margens do Córrego Ceroula está cedendo, devido às péssimas condições de conservação do caixão de aterro;

- A ponte não possui sinalização, tais como placas, madeiramento de estreitamento nas cabeceiras da ponte, tachas refletivas na guia de roda, dentre outras, comprometendo a segurança. (fls. 92-93).

CONSIDERANDO que, à época, a ponte foi consertada, conforme ofício nº 285/ASJUR/SEINTHRA que continha a planilha orçamentária no valor de R\$136.177,71 (cento e trinta e seis mil e cento e setenta e sete reais e setenta e um centavos), bem como diversas imagens da reforma e Termo de recebimento definitivo assinado em 08/08/2014;

CONSIDERANDO que, após a reforma da ponte, houve a oitiva do denunciante Rubens Batista Vilalba que relatou o péssimo estado anterior da ponte, os riscos à segurança daqueles que precisavam atravessá-la e que esta havia sido reformada;

CONSIDERANDO que após a reforma da ponte sobre o córrego Ceroula foi feita nova vistoria pelo Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução - DAEX, que resultou no Relatório de Vistoria nº 112 DAEX/CORTEC-PGJ/2017, realizada em 19/09/2017 a fim de analisar a reforma da ponte;

CONSIDERANDO que o mencionado relatório verificou a subsistência dos seguintes problemas:

- Assoalho com algumas peças de madeira apodrecidas, quebradas e/ou faltando partes formando aberturas com risco de queda a pedestres;
- Rodeiro com algumas peças de madeira apodrecidas, lascadas e faltando partes;
- Um trecho da guia de rodas com peça apodrecida;
- Algumas peças de travamento dos esteios se encontram quebradas, rachadas e/ou apodrecidas;
- Algumas peças de madeira que compõe a aba central do caixão de aterro da margem direita estão quebradas, faltando partes ou com trechos apodrecidos;
- Duas longarinas do primeiro vão da margem direita do córrego se apresentam deterioradas, apodrecidas e tem aspecto de que foram queimadas;
- Uma das longarinas do primeiro vão da margem esquerda do córrego possui trecho com apodrecimento severo;
- Os dois blocos de fundação dos jogos de esteios nas margens dos dois lados do córrego apresentam rachaduras e partes lascadas, expondo as peças de madeira as intempéries (molha e seca) em tempo integral. (fls. 515-520).

CONSIDERANDO que a partir das constatações do DAEX no relatório de vistoria, houve a indicação de duas diligências, quais sejam: a) que a referida ponte seja reformada, com o devido levantamento de todas as peças que necessitem de substituição, uma vez que apesar de não haver riscos imediatos de desabamento, existem aberturas e madeiras apodrecidas no assoalho que oferecem riscos de queda a pedestres e animais que passam pela ponte; b) que, para as futuras obras de reformas de pontes de madeira, o setor de obras competente do município deveria elaborar projeto de reforma da ponte, com indicação de quais peças serão substituídas, com suas respectivas dimensões e registro fotográfico de todos os itens executados durante as obras, isto se faz necessário para que seja possível conferência futura por órgãos reguladores tal qual o Tribunal de Contas e Estadual e até mesmo o Ministério Público. (fl. 522).

CONSIDERANDO que a reforma da ponte sobre o Córrego Ceroula foi insatisfatória, tendo-se verificado no relatório técnico a continuidade de riscos à integridade dos transeuntes que passem pela ponte a pé e a animais.

CONSIDERANDO que a reforma também não foi precedida de projeto de reforma com indicação das peças que foram substituídas, dimensões e registro fotográfico, contendo apenas planilha de custos, impedindo a análise da regularidade das obras.

CONSIDERANDO que as vistorias e demais provas obtidas neste Inquérito Civil não constataram atos dolosos por parte de agentes públicos, mas sim omissões por parte do Poder Público Municipal na gestão da referida ponte;

CONSIDERANDO a imprescindibilidade do princípio da supremacia do interesse público e indisponibilidade, pela administração do interesse público, que, segundo o magistério de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

Ligado a esse princípio de supremacia do interesse público – também chamado de princípio da finalidade pública – está o da indisponibilidade do interesse público que, segundo Celso Antônio Bandeira de Mello (2004:69), “significa que sendo interesses qualificados como próprios da coletividade – internos ao setor público – não se encontram à livre disposição de quem quer que seja, por inapropriáveis. O próprio órgão administrativo que os representa não tem disponibilidade sobre eles, no sentido de que lhe incumbe apenas curá-los – o que é também um dever – na estrita conformidade do que dispuser a *intentio legis*”. Mas além, diz que “as pessoas administrativas não têm portanto disponibilidade sobre os interesses públicos confiados à sua guarda e realização”. Esta disponibilidade está permanentemente retida nas mãos do Estado (e de outras pessoas políticas, cada qual na própria esfera) em sua manifestação legislativa. Por isso, a Administração e a pessoa administrativa, autarquia, têm caráter instrumental”.

Precisamente por não poder dispor dos interesses públicos cuja guarda lhes é atribuída por lei, os poderes atribuídos à Administração têm o caráter de poder-dever, são poderes que ela não pode deixar exercer, sob pena de responder pela omissão. Assim, a autoridade não pode renunciar ao exercício das competências que lhe são outorgadas por lei; não pode deixar de punir quando constante a prática de ilícito administrativo; não pode deixar de exercer o poder de polícia para coibir o exercício dos direitos individuais em conflito com o bem-estar coletivo; não pode deixar de exercer os poderes decorrentes da hierarquia, não pode fazer liberalidade com o dinheiro público. Cada vez que ela se omite no exercício de seus poderes, é o interesse público que está sendo prejudicado.³

(grifei)

CONSIDERANDO que, de acordo com o artigo 11, da Lei n. 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, e lealdade, em um rol exemplificativo;

CONSIDERANDO que, antes da adoção de providências judiciais, se mostra pertinente oportunizar aos gestores a adoção de todas as medidas administrativas necessárias à regularização da questão, com base no poder de autotutela da Administração Pública;

Assim sendo, RECOMENDA ao Senhor Prefeito Municipal de Campo Grande, Marcos Marcello Trad, e ao Senhor Secretário Municipal da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos – SISEP, Rudi Fiorese, com fundamento no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 44 da Resolução nº 015/2007-PGJ, que:

I – Determinem a execução de nova reforma da ponte sobre o Córrego Ceroula, com substituição das peças danificadas a fim de fazer cessar todo e qualquer risco à segurança dos transeuntes, observada a legislação vigente específica de contratação de obras e serviços públicos.

II – Na execução da nova reforma, elabore projeto de reforma com planilha de custos, discriminando quais peças serão substituídas, com suas respectivas dimensões e registro fotográfico de todos os itens executados na obra, observando, como referência, o Relatório de Vistoria 112/DAEX/CORTEC-PGJ/2017.

Ainda, que informe a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias, o acatamento desta Recomendação, discriminando, em caso afirmativo, todas as medidas adotadas. Esclarece-se que o descumprimento desta Recomendação poderá dar ensejo à interposição das medidas administrativas e judiciais cabíveis, em caso de omissão e manutenção da situação fática em tela.

Por fim, DETERMINO as seguintes providências:

1) encaminhe-se o teor deste expediente ao Senhor Prefeito Municipal de Campo Grande, Marcos Marcello Trad, e ao Senhor Secretário Municipal da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos – SISEP, Rudi Fiorese, mediante recibo por escrito, para conhecimento e providências nos termos alhures;

2) encaminhe-se cópia deste expediente para o setor de publicação do DOMP, para cumprimento das normas de publicidade da presente Recomendação;

3) encaminhe-se, por fim, cópia desta recomendação ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça

³ Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Direito Administrativo, 27ª edição, São Paulo: Editora Atlas, 2014, p. 67-68.

do Patrimônio Público e Social, para ciência.

Cumpra-se.

Campo Grande/MS, 05 de junho de 2018

HUMBERTO LAPA FERRI
31º Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

PONTA PORÃ

EDITAL Nº 0069/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00000968-3, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000968-3

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Município de Ponta Porã e Zilda dos Santos Fortes -ME

Assunto: Apurar suposta irregularidade no Pregão Presencial nº 0078/2017 destinado à contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de refeições ao Município de Ponta Porã .

Ponta Porã/MS, 11 de junho de 2018

GISLEINE DAL BÓ
Promotora de Justiça – Em Substituição Legal

EDITAL Nº 0070/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00000969-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000969-4

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e Procon Ponta Porã

Requerido(s): NET LINK ASSINANTES LTDA ME, SIDNEY PEREIRA PORTELA-ME, GRUPO GRB LTDA, RR CLASSIFICADOS E NEGOCIOS EMPRESARIAIS LTDA-ME, JK PUBLICIDADE ONLINE LTDA-ME, NEBRASCA DO BRASIL COMUNICAÇÕES, ECP LEISTEL SERVIÇOS DE CATÁLOGOS TELEFONICOS ME, GUIA MAX PUBLICAÇÕES

Assunto: Apurar práticas abusivas realizadas por Empresas de Publicidade e Comunicação na capacitação fraudulenta de clientela, no Município de Ponta Porã(MS).

Ponta Porã/MS, 11 de junho de 2018

GISLEINE DAL BÓ
Promotora de Justiça – Em Substituição Legal

EDITAL Nº 0071/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00000981-7, em conversão do formato físico do Inquérito Civil nº 64/2014/1ªPJPP para formato digital, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil nº 06.2018.00000981-7

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar a adequação e eficiência das medidas adotadas pelo município de Ponta Porã/MS na vigilância e controle da Leishmaniose Visceral - IC 64/2014/1ªPJPP.

Ponta Porã/MS, 11 de junho de 2018

GISLEINE DAL BÓ

Promotora de Justiça – Em Substituição Legal

SIDROLÂNDIA

EDITAL Nº 012/2018/02PJ/SDN

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Espírito Santo, nº 1.383, Centro, Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001850-5.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Antônio José Teixeira Mortari;

Assunto: “Apurar eventuais danos ambientais gerados mediante a corte de árvores sem autorização do órgão ambiental competente e com degradação à área considerada de preservação permanente”.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n. 001/2016/2ªPJS para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Sidrolândia/MS, 11 de junho de 2018.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 013/2018/02PJ/SDN

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Espírito Santo, nº 1.383, Centro, Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001853-8.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: A apurar;

Assunto: “Apurar a prática de eventual dano ambiental no local conhecido como “Buracão” na saída para o distrito de Quebra-Coco, neste município de Sidrolândia/MS”.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n. 027/2016/2ªPJS para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Sidrolândia/MS, 11 de junho de 2018.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 014/2018/02PJ/SDN

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Espírito Santo, nº 1.383, Centro, Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001854-9.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Pontual Engenharia Ltda - EPP;

Assunto: “Apurar a existência de poluição ambiental causada pela requerida em razão de emissão de resíduos sólidos no ar”.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n. 010/2017/2ªPJS para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Sidrolândia/MS, 11 de junho de 2018.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

INOCÊNCIA

EDITAL N. 11/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Inocência/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, nº 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001834-9

Requerente: Anônimo

Requerido: José Arnaldo Ferreira de Melo e outro.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades e favorecimento ao irmão do Prefeito, Jaimilson Ferreira de Melo, nos procedimentos licitatórios nº 063/2017, 150/2017, 167/2017, 178/2017 e 11/2018.

Inocência-MS, 11 de junho de 2018.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça em substituição legal.

EDITAL N. 12/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Inocência/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, nº 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001837-1

Requerente: Anônimo

Requerido: José Arnaldo Ferreira de Melo

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo na nomeação de diversos servidores municipais.

Inocência-MS, 11 de junho de 2018.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça em substituição legal.

EDITAL N. 13/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Inocência/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, n.º 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum.

Procedimento Preparatório n.º 06.2018.00001839-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Enio Carlos Azambuja Bertho

Assunto: Apurar eventuais irregularidades jurídico-ambientais, consubstanciadas na supressão de árvores e ausência de isolamento das áreas de preservação permanente, na “Estância QB”.

Inocência-MS, 11 de junho de 2018.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça em substituição legal.

EDITAL N. 14/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Inocência/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, n.º 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum.

Inquérito Civil n.º 06.2018.00001839-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jaimilson Ferreira de Melo

Assunto: Apurar eventuais irregularidades jurídico-ambientais, na “Estância Luar” e “Madeira Luar”, consistente no desdobramento de madeira, sem licenciamento ambiental, ausência de isolamento das áreas de preservação permanente e comercialização de madeiras sem Documento de Origem Florestal (DOF).

Inocência-MS, 11 de junho de 2018.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça em substituição legal